

Matérias do Setor

Consórcio de prefeituras faz lixo virar dinheiro

Reunidas no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Meio Ambiente (Cidema), as prefeituras de Bela Vista, Bonito, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque esperam definir ainda neste semestre o valor a ser pago pela tonelada de lixo reciclável. O licenciamento ainda se encontra em fase de análise pelo Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, mas até 2013 todos os municípios deverão buscar soluções para os velhos “lixões”.

Em obediência à Lei Federal 12305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o estado também executará o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para a Bacia Hidrográfica da Sub-Bacia do Rio Taquari, contemplando 11 cidades da região norte.

Em Jardim, a 233 quilômetros de Campo Grande, um aterro sanitário medindo 36 hectares permitirá aos municípios consorciados adotarem a coleta seletiva, mundialmente aprovada. Ali só permanecerão os rejeitos. O prefeito de Anastácio, Douglas Figueiredo (PSDB), assumiu há dois meses a presidência do Cidema. “Estou animado para enfrentar esse desafio, e com Anastácio, muito mais”, ele disse.

Um investimento de R\$ 300 mil permitiu a instalação da Usina de Processamento de Lixo de Anastácio, que deverá ficar pronta até junho próximo. “Vamos eliminar os trituradores”, prometeu Figueiredo. A usina e as células situam-se numa área de 12 hectares para separar e processar o lixo.

O volume de plásticos liberados pela população de Jardim impressiona. Por mês, as 12 famílias integrantes da Associação Nossa Senhora Aparecida retiram 40 toneladas de plástico e se incluem entre os fornecedores da indústria Metap, em Campo Grande.

A situação do denominado “vilão do meio ambiente” não se diferencia dos monturos existentes em pequenas, médias e grandes cidades brasileiras, contribuindo para os sucessivos recordes de consumo de produtos envasados em garrafas PET.

A Metap paga R\$ 1,15 o quilo da garrafa PET; R\$ 1 a garrafa de Q-Boa e 60 centavos pelo quilo de plástico filme, o mais encontrado. Serve para embalar leite e outros alimentos, sacaria industrial, fraldas descartáveis, bolsas para soro medicinal, sacos de lixo, entre outros. É flexível, leve transparente e impermeável. Em média, o Brasil recicla 15% dos plásticos rígidos e filme, equivalente a 200 mil toneladas por ano.

No cômputo geral, só Jardim garante, em média, 480 t/ano. Dez fornecedores iguais, entre os quais campo-grandenses, somam 4,8 mil t/ano.

“Aqui, os antigos catadores são treinados e apoiados pelo município; agora eles são agentes ambientais”, diz o gerente de meio ambiente de Jardim, Clademar José Sovernigo, minutos antes de se reunir mais uma vez com estudantes de uma escola local.

De acordo com Sovernigo, ex-oficial da Polícia Militar Ambiental, na qual serviu durante 25 anos, o consórcio adotará práticas seletivas. Ele lembra que o prefeito Carlos Américo Grubert (PMDB) ordenou “uma boa varredura” na cidade e nos bairros.

A ordem do prefeito visa à limpeza dos campings e do balneário municipal, cuja obra terá banheiros ecológicos. “Sem tratamento de esgotos e resíduos sólidos, pouco ou nada muda”, comenta Sovernigo.

Terraplenagem, impermeabilização do antigo aterro, alojamento e ligação do chorume (resíduo líquido formado a partir da decomposição de matéria orgânica presente no lixo) estão

concluídos na Unidade de Processamento. As obras deverão ser brevemente visitadas por estudantes que participam atualmente de aulas de conscientização ambiental.

O Correio do Estado encontrou-os numa sala ampla, recebendo informações a respeito do assoreamento e da destruição da mata ciliar em trechos das margens dos rios da Prata, dos Velhos e Gardinha. Profundidade da calha também fez parte do diagnóstico elaborado durante aulas promovidas pela Prefeitura de Jardim, em parceria com o Ministério Público Estadual, órgão protetor dos interesses difusos.

As palestras são constantes, sempre acompanhadas de imagens de computador e informações técnicas. Caça predatória e pesca de pintado com arpão estavam em pauta esta semana. Sovernigo mostra fotos de uma onça- parda macho, morta por caçadores em Guia Lopes da Laguna. Em outras fotos aparece uma sucuri abatida em Jardim e vários filhotes que estavam em sua barriga.

País consome 5,7 milhões de toneladas de plásticos

Se o mundo “acabasse” em plástico, alguém teria que cuidar da sucata. O plástico está presente do casebre aos palácios, reinando imponente, insubstituível. Depois de jogado no lixo, o plástico volta a ser largamente consumido. Em 2010 a sua industrialização alcançou 5,7 milhões de toneladas, aponta o balanço feito pela Associação Brasileira da Indústria de Plástico (Abiplast), ou seja, cresceu 10% em relação a 2009. Laminados tiveram alta de 12%; o segmento de embalagens, 9%; outros itens juntos cresceram 8%.

Em todo o Brasil, são questionáveis as campanhas públicas ou privadas com apelos “ambientalmente corretos” para que a população volte a usar sacolas de pano. De que adiantam, se os estabelecimentos seguem ofertando sacolas plásticas? É hábito nesses tempos modernos e, apesar da fartura de informações na internet, as novas gerações ignoram o que significavam as sacolas de pano.

Esse contraditório está exposto na própria sede do futuro “consórcio do lixo”, Jardim. Quase ninguém ouviu falar da campanha “Saco é um Saco”, feita pelo Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de evitar o consumo de cinco milhões de sacolinhas plásticas no País. Entretanto, o ministério amarga a realidade: elas continuam aos milhares, da capital do País às mais longínquas cidades, embalando mercadorias em supermercados, empórios (ou bolichos), açougues e quitandas.

O lixão de Jardim acumula “desovas” de todo tipo de entulho – mesas, cadeiras, armários, utensílios domésticos, brinquedos, vidros, sofás velhos, papelão, pneus e as recordistas garrafas PET. Nos municípios vizinhos, o problema está na ordem do dia. Ansiosa, a prefeita de Nioaque, Ilca Corral Domingos (PMDB), vice-presidente do Cidema, vê uma única saída: o escoamento do lixo de “forma cooperativa”: “Onde vamos parar? São 20 toneladas por semana e temos que tirar essa montanha com um contêiner”, desabafa.

MS produz dez toneladas por dia

Segundo a fiscalização ambiental, quanto maiores o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), maior será a incidência de rejeitos. Além da garrafa PET, esses órgãos constatarem metais pesados, embalagens de alimentos, latarias, aditivos químicos, tecnológicos e outros. Comércio, indústria e residências liberam diariamente dez toneladas de lixo em Mato Grosso do Sul, informam a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e o Imasul.

No mesmo ritmo em que pretende solucionar o problema do lixo, a Prefeitura Municipal de Anastácio, cidade localizada a 132 quilômetros de Campo Grande, investirá R\$ 250 mil na recuperação da mata ciliar no Rio Aquidauana, atividade que faz parte do Programa “Rio Limpo”, que será licitado em abril.

O prefeito Douglas Figueiredo prevê uma meta ainda mais ousada: o tratamento de 90% do esgoto, o que espera conseguir com a intervenção da Sanesul.

“Coleta onerosa e improdutivo”

“Onerosa e improdutivo”. Assim o empresário Ricardo Duarte, diretor da Metap, classifica a coleta seletiva com caminhão, desaconselhando-o para as cidades do sudoeste de Mato Grosso do Sul.

“Ele é muito rápido e não atende à necessidade da população, que só agora começa a aprender as técnicas modernas de recolhimento do lixo aproveitável”, comenta. Para Duarte, o sistema de coleta simples, à moda antiga, com o tratorzinho apropriado a pequenas cidades seria melhor opção. Ele notou o êxito da experiência em Lucas do Rio Verde (MT), que possui 45,5 mil habitantes. “Lá eu vi funcionar um tratorzinho com gaiola, devidamente identificado, trafegando devagar e sempre pelas ruas da cidade; as pessoas têm mais tempo para a entrega do lixo separado, sem a necessidade da pressa que o caminhão exige”.

“Pessoalmente, não acredito no resultado da coleta porta a porta da maneira como andam dizendo aí. Ela é pouco rentável para o custo que tem”, observou.

Plásticos demoram entre duzentos e trezentos anos para se decompor. Por isso, são reciclados e voltam a ser plásticos. Na Metap, uma das máquinas separa, lava, tritura, seca e põe a carga na extrusora, produzindo uma tonelada por hora de granulados semelhantes ao plástico que sai da indústria petroquímica. “É um produto de baixa densidade, adequado à fabricação de lonas, sacolas e embalagens”, ele diz.

A extrusora funde e dá aspecto homogêneo ao material. Metade da produção permanece na indústria, na capital, enquanto a outra segue para “grandes” clientes da Metap em São Paulo, informa Duarte. Eles utilizam o granulado para a fabricação da conhecida lona preta.

Fonte: Jornal Correio do Estado

Braskem e Governo da Bahia formalizam parceria para desenvolvimento de tecnologias com foco em sustentabilidade

A Fibra UTEC ®, desenvolvida pela empresa e com tecnologia 100% nacional, é o primeiro projeto da parceria e pioneiro no mundo voltado para o pré-sal e blindagem militar

A Braskem, maior produtora de resinas termoplásticas das Américas, e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia assinam hoje (07/12) dois convênios e um protocolo de intenções voltados ao estímulo da pesquisa em inovação tecnológica, dando continuidade à busca da empresa por novas formas de atender à demanda por plástico com competitividade e o menor impacto ambiental possível.

O primeiro projeto desta parceira é a Fibra UTEC ® - uma fibra de polietileno de ultra-alto peso molecular -, que conta com tecnologia 100% brasileira e pioneira no mundo. Sua principal utilização será nas plataformas de exploração do pré-sal e em coletes blindados para a área militar.

A Fibra UTEC ® é uma alternativa aos cabos de ancoragem das plataformas de exploração de petróleo existentes hoje, confeccionados em aço e/ou poliéster, já que possui alongamento, rigidez e alta resistência únicas no mundo e ideal para explorações em altas profundidades - entre 2 mil e 3 mil metros - como no pré-sal.

Já na área de Defesa Nacional, a Fibra UTEC ® é indicada para a confecção de coletes a prova de balas e se adequa às necessidades de países tropicais como o Brasil, já que evita a transpiração como nos modelos importados existentes hoje.

"O projeto da Fibra UTEC ® permite que o Brasil crie suficiência tecnológica em áreas estratégicas como o pré-sal e a Defesa Nacional", afirma Luís Cassinelli, diretor de Inovação e Tecnologia da Braskem. A planta piloto entrará em funcionamento até o final do mês e terá capacidade de 50 toneladas/ano - volume suficiente para concluir o desenvolvimento total do projeto.

O projeto - que também conta com apoio do FINEP - terá investimento de US\$ 10 milhões e a expectativa é iniciar a produção em escala industrial em 2013 para suprir o potencial do mercado, estimado entre 1.000 a 1.500 toneladas/ano.

A parceria reflete o empenho da Braskem em mobilizar esforços para a pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos inovadores e sustentáveis. Deste modo, além do investimento na produção da Fibra UTEC ®, a parceria entre a Braskem e SECTI também conta com convênios com a FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia), instituição ligada à SECTI que tem o objetivo de estimular e apoiar o desenvolvimento das atividades científicas e tecnológicas do Estado da Bahia. Serão investidos até R\$ 3 milhões em projetos de pesquisa científica e tecnológica cooperativos, a serem estabelecidos entre pesquisadores de instituições de ensino superior e de pesquisa (públicas ou privadas) da Bahia e da Braskem. Os projetos serão selecionados pela FAPESB e pela Braskem.

Fonte: Braskem

Basf escolhe Camaçari para instalar complexo acrílico no Brasil

O polo de Camaçari foi escolhido pela Basf, para sediar o projeto de ácido acrílico a ser construído no Brasil. O complexo será composto por uma unidade de produção de ácido acrílico, insumo utilizado para abastecer outras duas linhas de produção, de acrilato de butila e polímeros superabsorventes (SAP). Em comunicado publicado na quinta-feira, a Basf destacou que a confirmação do projeto ainda está atrelada à conclusão de um estudo de viabilidade. A conclusão do estudo de viabilidade ocorrerá até o final deste ano.

Fonte: Agência Estado.

Braskem firma acordo para fornecer propeno a possível novo polo da Basf

A petroquímica Braskem e a química alemã Basf fecharam acordo para que a companhia brasileira se torne a fornecedora do propeno que abastecerá um novo complexo produtivo da Basf no Brasil. A oficialização do acerto, entretanto, ainda está pendente da definição do grupo alemão acerca da viabilidade do projeto, que consiste na produção em escala mundial de ácido acrílico, acrilato de butila e polímeros superabsorventes (SAP). De acordo com a Basf, a conclusão do estudo de viabilidade do polo deverá ocorrer ainda este ano. "A Basf produz, atualmente, acrilato de butila no Brasil, mas no momento não há produção de ácido acrílico ou polímeros superabsorventes (SAP) na América do Sul. Todos os produtos são importados", destacou em nota o presidente da Basf para a América do Sul, Alfred Hackenberger. Caso a parceria anunciada hoje venha a se confirmar, a Braskem ampliará a fatia de vendas de propeno ao mercado interno. O memorando de entendimento assinado entre as partes prevê ainda o fornecimento de soda pela Braskem, empresa que também será responsável pela prestação de serviços básicos à Basf. A Braskem destaca que o projeto poderá contribuir para o abastecimento interno de insumos utilizados por diversos setores da economia. O SAP é utilizado em fraldas; a resina acrílica, em tintas, adesivos e no setor têxtil; e os acrilatos de butila e poliácrlatos estão presentes no detergente em pó e no tratamento de água industrial. O ácido acrílico, por sua vez, é amplamente utilizado no setor de mineração. "Certamente, a parceria com a Basf incentivará maior investimento de empresas de terceira geração no País e criará oportunidades para consumos adicionais de petroquímicos básicos e resinas", destacou o vice-presidente de Petroquímicos Básicos da Braskem, Manoel Carnaúba.

Fonte: Agência Estado.

Stella McCartney lança zíper feito a partir de PET

A coleção desenvolvida por Stella McCartney, em parceria com a C&A traz o engajamento da estilista inglesa em práticas sustentáveis, com um zíper feito a partir de material reciclável de embalagem PET. Ele estará em uma das peças de algodão da coleção. Assim como todas as peças da grife de Stella McCartney, nenhum produto terá couro ou pele na sua composição e todas as peças serão expostas em cabides feitos de material reciclado. A coleção chegará ao Brasil, no dia 23 de março.

Fonte: IG (Guilherme Barros).

PepsiCo anuncia sua garrafa pet "ecológica"

A PepsiCo, comandada por Indra Nooyi, divulga sua descoberta após a rival Coca-Cola iniciar produção de garrafa com 30% de matéria-prima vegetal

A PepsiCo lançou uma nova garrafa ontem feita inteiramente a partir de material vegetal, que a empresa diz superar a tecnologia da concorrente Coca-Cola e reduzir a "pegada" de carbono da embalagem.

A garrafa é feita de painço amarelo (switch grass), casca de pinheiro, palha de milho e outros materiais. Futuramente, a PepsiCo também pretende usar cascas de laranja e batatas, sobras de batatas e outros resíduos deixados por suas operações alimentícias.

A nova garrafa tem a aparência igual à das garrafas atuais e proporciona a mesma proteção, segundo Rocco Papalia, vice-presidente sênior de pesquisa avançada da PepsiCo.

A PepsiCo informa que é a primeira garrafa do mundo do tipo de plástico conhecido como PET feita inteiramente a partir de materiais vegetais. A sua rival Coca-Cola produz atualmente uma garrafa usando 30% de materiais vegetais e recentemente estimou que levará vários anos até conseguir chegar aos 100% em uma garrafa que seja comercialmente viável.

"Desvendamos o código", disse Papalia. A PepsiCo anunciou a descoberta ontem e informou que planeja testar o produto no ano que vem em algumas centenas de milhares de garrafas. Uma vez que a multinacional americana tenha certeza de que pode produzir com sucesso a garrafa em grande escala, começará a converter todos os restos de seus produtos.

Isso pode significar a substituição de bilhões de garrafas vendidas por ano. Das 19 maiores marcas da Pepsi, que geram mais de US\$ 1 bilhão em receitas, 11 são marcas de bebida que usam garrafas PET.

Cientistas dizem que a tecnologia é uma importante inovação nas embalagens. "Esse é o início do fim dos plásticos à base de petróleo", disse Allen Hershkowitz, cientista sênior do Conselho de Defesa dos Recursos Naturais e diretor de seu projeto de gestão de desperdício. "Quando uma empresa desse tamanho assume um compromisso com um plástico à base de plantas, o mercado responde."

A Coca-Cola informou que dá boas-vindas a outros avanços nas embalagens, mas destacou que aumentou a utilização de garrafas feitas com base vegetal desde o lançamento em 2009. Também informou que mostrou uma garrafa 100% vegetal produzida em laboratório e que ainda trabalha para assegurar que é comercialmente viável.

Há outros plásticos à base de vegetais disponíveis ou em fase de desenvolvimento, mas Hershkowitz disse que não são preferíveis ambientalmente, pois normalmente são feitos a partir de plantas cultivadas especialmente para esse fim, em vez de usarem os 2 bilhões de toneladas de resíduos agrícolas que se estima sobrar a cada ano. E esses plásticos alternativos não podem ser reciclados.

O plástico PET é um material de preferência para embalagens por que é leve e resistente, além de não afetar o sabor. As questões de segurança do PET também foram bem pesquisadas. Não é biodegradável, mas é reciclável.

Um PET inteiramente à base de plantas poderia mudar o padrão do setor. O PET é usado em garrafas, embalagens de alimentos, revestimentos e outros produtos.

O plástico PET tradicional é feito a partir de combustíveis fósseis, como o petróleo, recurso limitado cujo preço está cada vez mais alto. Ao usar material vegetal, as empresas reduziram seu impacto ambiental.

A PepsiCo, com sede em Purchase, Nova York, afirmou ter dezenas de pessoas trabalhando há anos no processo. Embora a companhia não tenha especificado o custo para pesquisar e elaborar a nova garrafa, Papalia disse que está na casa dos milhões de dólares.

Veículo: Valor Econômico

Resinas refletem alta do petróleo

O polietileno de baixa densidade (PEBD) sofreu um avanço de 27,63%, atingindo a média de US\$ 2.416 por tonelada no primeiro mês do ano.

As incertezas geradas pela crise política em alguns países produtores de petróleo e os efeitos sobre suas cotações, elevando o barril acima dos US\$ 100 desde janeiro, têm estimulado a elevação nos preços das resinas plásticas no mercado brasileiro.

Dados da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast) mostram que em janeiro foi verificada uma elevação de mais de 20% nos preços das principais resinas utilizadas no país, frente ao mesmo período do ano passado. O polietileno de baixa densidade (PEBD) - utilizado na fabricação de frascos para as indústrias de cosméticos, alimentos, entre outras aplicações - sofreu um avanço de 27,63%, atingindo a média de US\$ 2.416 por tonelada no primeiro mês do ano.

Nos últimos meses, essa elevação tem se mostrado ainda mais acentuada. Segundo fontes do setor, a indústria que utiliza resinas como matéria-prima está pagando cerca 20% a mais do que pagava pelo produto em dezembro.

São alguns os fatores que explicam essa alta. Com o clima de incerteza de suprimento, diante da instabilidade dos governos produtores de petróleo, os grandes consumidores da commodity começaram a aumentar seus estoques, dando impulso à demanda no curto prazo.

"O impacto da elevação do petróleo sobre as resinas depende de algumas variáveis. A influência maior vem do equilíbrio entre a oferta e a demanda a nível global que, nos dois primeiros meses do ano, estava apertado, situação agravada pela demanda forte na Ásia", explica o diretor da consultoria especializada Maxiquim, Otávio Carvalho.

O Brent, de Londres, que alcançou o patamar de US\$ 115,43 o barril no fechamento de ontem, avançou mais de 40% em doze meses. Com esse cenário, a nafta - derivado do petróleo utilizado para a fabricação das principais matérias-primas das resinas no Brasil - acaba sofrendo o impacto desse aumento. Séries históricas mostram que quando o preço do barril do petróleo sobe em US\$ 1, o preço da tonelada da nafta avança US\$ 9 no exterior.

No Brasil, fontes do mercado informam que o preço na nafta saiu de US\$ 650 por tonelada no último trimestre do ano passado para atuais cerca de US\$ 900 por tonelada. Mas vale lembrar que o repasse da elevação da nafta não ocorre de modo tão direto para o mercado brasileiro. Isso porque um acordo entre a Petrobras e a Braskem (a única consumidora de nafta no país) "amortece" esse efeito, incluindo em sua fórmula de preços a média móvel das cotações dos últimos três meses do produto no mercado internacional.

Outro fator que colabora para a pressão sobre os preços das resinas no país é a falta de competição no setor petroquímico. Segundo a Abiplast, a importação de resinas - que geralmente fica em 20% do consumido pela indústria - ficou mais difícil nos últimos meses. "Temos recebido informações de que o governo está segurando a entrada dos produtos,

principalmente do polipropileno (PP) e do PVC", afirma o presidente da Abiplast, José Ricardo Roriz Coelho.

No exterior, o setor, além de mais competitivo, utiliza matérias-primas diferentes. Nos EUA, por exemplo, as fábricas têm a vantagem de utilizar mais o gás natural, ao invés do nafta, para a produção das resinas. Essa opção diminui, portanto, a pressão sobre a cadeia, já que o gás natural apresentou uma queda de 15% nos últimos doze meses.

No mercado internacional a evolução do setor de resinas tem sido um pouco diferente e pode evidenciar a possibilidade de os preços já terem alcançado seu pico. O polietileno de baixa densidade negociado na London Metal Exchange (LME) fechou ontem no patamar de US\$ 1.310 por tonelada, apresentando variação de cerca de 10% frente a um ano antes. Ao se comparar com as cotações de janeiro, no entanto, percebe-se uma pequena queda de cerca de 1%. A nafta, por sua vez - com base na cotação dos portos europeus (Antuérpia, Roterdã e Amsterdã), região importadora - avançou 33,6% nos últimos doze meses, tendo fechado ontem a US\$ 981 por tonelada. Em um mês, a alta foi de 2%.

"O cenário externo já aponta para um menor espaço para o aumento da resina", destaca Coelho. Segundo ele, a compra de estoques de petróleo enfraqueceu nos últimos dias e as crises políticas já estão equacionadas nos preços do mercado.

Fonte: Valor Econômico

Adirplast reforça a importância do distribuidor na cadeia de consumo de plásticos

Entidade deve mostrar para os mais de 10.000 transformadores de plásticos brasileiros as vantagens da distribuição de resinas termoplásticas.

Há quatro anos, os distribuidores oficiais de resinas plásticas no Brasil se uniram para criar a ADIRPLAST - Associação Brasileira dos Distribuidores de Resinas Plásticas. Na época, o objetivo era o de ampliar a capacidade competitiva e econômica de seus associados e assegurar ao consumidor a qualidade dos produtos vendidos no mercado nacional, além de contribuir para a melhoria do meio ambiente. Trabalho árduo, mas que segundo os dirigentes da entidade tem rendido bons resultados. Agora, para o biênio 2011-2012, a associação, que conta com uma nova diretoria, terá novos focos. O principal deles é o de apresentar ao setor de transformação de produtos plásticos os benefícios de adquirir a matéria-prima através da distribuição. "Pretendemos reforçar as vantagens que a distribuição pode oferecer para as mais de 10.000 empresas que trabalham com resinas plásticas no país", explica Laércio Gonçalves, novo presidente da entidade.

Segundo Gonçalves, a agilidade é um dos principais benefícios oferecidos pela distribuidora. E isso significa muito para o transformador que não pode ficar parado por falta de material: "Gostaríamos de reforçar a imagem de agilidade da distribuição, pois conseguimos, entre outras coisas, entregar um pedido em menos de 24 horas".

E os benefícios que uma distribuidora pode oferecer aos seus clientes não param por aí. "Um distribuidor de resinas plásticas trabalha com vários produtos, oferecendo assim uma variedade de opções de compra aos seus clientes. Com o distribuidor é possível também fazer, em um mesmo lugar, a compra de vários tipos de resinas, ao invés de ter que correr atrás de fornecedores diferentes", diz o presidente da associação.

Ações -Eleito em assembléia no início deste ano, Gonçalves deve trabalhar de forma concisa para o desenvolvimento do setor de plástico, em conjunto com outras entidades representativas, como Abiplast, Abief e Abimaq. Para isso, algumas ações já estão em andamento. A primeira delas é a criação da Revista do Distribuidor, que servirá de ponte entre o transformador e a associação. "Através dela, poderemos divulgar ações da entidade, além de conhecimentos tecnológicos, evoluções de gestão e novidades do setor", diz o presidente.

A Adirplast também investirá na divulgação de informações pela internet. "Estamos criando um portal de notícias para o setor. A idéia é que ele seja um aglutinador das principais informações do segmento de plástico. Além disso, estaremos presentes em todas as mídias sociais para chegar até o transformador", afirma Wilson Cataldi, vice-presidente da associação. Para reforçar ainda mais sua participação no cotidiano do transformador e o relacionamento com as petroquímicas fornecedoras de matérias-primas, a Adirplast planeja ainda participar de importantes eventos do setor, como a Brasilplast, Plastech Brasil e Embala NE. A entidade também vai promover palestras sobre o assunto em instituições de ensino especializado em plásticos, como Senai, Universidades Federais e Fundação Tupy, entre outras escolas.

A Adirplast-Criada em 2007, a Associação Brasileira dos Distribuidores de Resinas Plásticas agrega hoje cerca de 15 empresas distribuidoras, e que respondem por cerca de 12% da comercialização de todo volume de polímeros no país. Para se associar a entidade, a

distribuidora precisa ser credenciada pelos fabricantes e carregar suas bandeiras, o que ajuda a garantir a qualidade dos produtos e serviços oferecidos aos transformadores.

A Adirplast tem como objetivo fomentar o consumo consciente do plástico e todos os benefícios que esse material pode trazer para a sociedade. | www.adirplast.org.br.

Fonte: Portal Fator Brasil

Matérias Nacionais

Política de resíduos sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aliada a outros diplomas como a Lei Nacional de Saneamento Básico, representa uma tentativa do país para solucionar a questão do lixo, que é grave. O Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE), através da publicação da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, ocorrida em 2008, oferece um panorama desse quadro precário. Dentre os dados apresentados, ressalta-se que 50,75% dos municípios brasileiros dispõem seus resíduos em vazadouros a céu aberto (lixões), e somente 27,68% dispõem em aterros sanitários. Apenas 3,79% dos municípios têm unidade de compostagem de resíduos orgânicos, 11,56% possuem sistema de triagem de resíduos recicláveis, e 0,61% têm unidade de tratamento por incineração.

No intuito de se alterar esse quadro manifestamente insustentável, a Lei apresenta diversos mecanismos que deverão ser progressivamente implementados.

Primeiro devemos apontar a promissora distinção feita entre resíduos e rejeitos. Segundo a lei, rejeitos são resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada. Já os resíduos consistem no lixo que pode ser reaproveitado ou reciclado. Feita essa distinção, a PNRS determina que a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, que consiste na sua distribuição ordenada em aterros, deva ser implantada até 3 de agosto de 2014. Em outras palavras, a partir desta data, os resíduos não poderão ser dispostos em aterros, tendo em vista a possibilidade de seu reaproveitamento ou reciclagem. Além disso, a lei proíbe a disposição de resíduos sólidos em lixões, os quais deverão ser gradualmente eliminados e recuperados.

Dentro do mesmo espírito, inspirado na Diretiva Europeia relativa aos resíduos (75/442/CEE), o legislador brasileiro impôs a observação da seguinte ordem de prioridade na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Além dessas disposições básicas, a PNRS introduz os conceitos de responsabilidade compartilhada e logística reversa, além de diversas obrigações voltadas para o poder público, empresários e consumidores, cuja implementação prática passa a ser um grande desafio de toda a sociedade.

O Decreto regulamentador nº 7.404/2010 criou o Comitê Interministerial da PNRS e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa. Tais órgãos apoiarão a estruturação e a implementação da PNRS, bem como definirão questões que não foram tratadas pelos diplomas legais.

O Decreto reafirma o conceito de responsabilidade compartilhada da Lei nº 12.305/2010 ao dispor que os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos são responsáveis pelo ciclo de vida dos produtos - a uma série de etapas que englobam o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final.

A logística reversa é outra política que impõe graves alterações na vida de determinadas empresas, e consiste no retorno dos produtos após o uso pelo consumidor ao seu fabricante ou importador, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. Estão sujeitos a esta obrigação os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: (i) agrotóxicos ou outros produtos perigosos; (ii) pilhas e baterias; (iii) pneus; (iv) óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; (v) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; (vi) produtos eletroeletrônicos e seus componentes. A logística reversa já era imposta por resoluções do Conama e da Anvisa para alguns desses produtos.

O regulamento dispõe que os sistemas de logística reversa serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens. A definição dos produtos e embalagens que serão objeto desta extensão deverá considerar a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, a ser aferida pelo Comitê Orientador.

Outra obrigação trazida pela PNRS e sua regulamentação é a obrigação de apresentar plano de gerenciamento de resíduos sólidos por empreendedores de determinadas atividades, como: a) resíduos industriais; b) resíduos de serviços de saúde; c) resíduos de mineração; d) resíduos perigosos; e) resíduos que, mesmo não perigosos, não sejam equiparados a resíduos domiciliares, sob determinação do poder público municipal; f) empresas de construção civil; g) atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão competente.

Além dessas questões que afetam diretamente a iniciativa privada, as novas regras preveem a elaboração de planos de gestão de resíduos pelo poder público, de inventários e a criação do Sistema Declaratório Anual dos resíduos gerados. Para tanto, fica instituído o Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), a ser implementado até o final de 2012.

A nova legislação incorpora iniciativas e conceitos modernos de gestão de resíduos sólidos, além de introduzir novos instrumentos legais. Resta saber como a sua aplicação será conduzida, especialmente à luz da responsabilidade compartilhada, que nos faz perceber que a correta gestão dos resíduos sólidos exigirá mudança de postura em todos os setores da sociedade.

Fonte: DCI

Real é a moeda que mais valorizou, mostra o BIS

GENEBRA - O real continua a ser a moeda que mais valorizou entre as 58 maiores economias do mundo no índice cambial do Banco Internacional de Compensações (BIS), banco dos bancos centrais, atualizado esta semana.

Compilado desde 1994, o índice do BIS representa a média cambial da moeda de um país relativa a uma cesta de outras moedas ajustadas pela inflação. Se o ranking da moeda está abaixo de 100, significa que está desvalorizada e com espaço para se apreciar.

A moeda brasileira lidera o ranking da taxa de câmbio efetiva real (EER) em fevereiro, a exemplo do que vem ocorrendo há vários meses. A taxa da moeda brasileira ficou em 152,48 por unidade (foi de 152,61 em janeiro), mantendo-se como a mais alta entre todos os países monitorados pelo banco sediado em Basileia (Suíça).

Já o dólar americano baixou de novo para 85,42, comparado a 86,69 em janeiro. A rupia da Índia também desvalorizou, caindo no índice para 105,44 comparado a 107,16 no mês anterior. A África do Sul, outro país com enormes problemas por causa de sua moeda forte, foi outro a registrar agora queda, ficando em 95,65 contra 100,3 em janeiro.

Por sua vez, o renminbi chinês valorizou, passando de 118,13 em janeiro para 120,91. A pressão continua forte para Pequim permitir a valorização de sua moeda.

Em novembro do ano passado, quando o G-20 se reuniu em Seul para tratar da chamada guerra cambial denunciada pelo ministro Guido Mantega, o real estava em 147,26 por unidade. Desde então, apesar das ameaças brasileiras, continuou a valorizar. Em 2002, no primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o índice do real era de 60,57 por unidade, um dos mais baixos.

A expectativa é de que o real continuará liderando o ranking do BIS, levando-se em conta a pressão trazida pela enxurrada de dólares que entrou no país desde janeiro.

Segundo o Banco Central, em apenas dois dias na semana passada, entraram US\$ 5,2 bilhões. Este ano, a diferença entre os dólares que entram e saem do país chegou a US\$ 30,4 bilhões, superando em 25% a entrada de recursos ocorrida em todo o ano de 2010.

Fonte: Valor Econômico

Mercado volta a reduzir expectativa para o PIB

Instituições financeiras aumentam expectativas para a inflação e voltam a reduzir a perspectiva de crescimento da economia nacional para 2011, segundo Boletim Focus, do Banco Central. Segundo o relatório divulgado pelo Banco Central, que reúne as expectativas de cerca de instituições financeiras e agentes de mercados, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve ficar em 5,82% para o ano. O número vem acima das perspectivas divulgadas na semana passada, quando o mercado apontou uma alta de 5,78% nos preços apurados pelo indicador. A aposta do mercado para o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ficou em

6,97% dos 6,87% apontados na semana passada. Para o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) a projeção é de alta de 6,88%, face a 6,77% na semana passada. Há quatro semanas, a estimativa para o crescimento da economia nacional estava em 4,5%. As revisões subseqüentes trouxeram leituras mais pessimistas para 2011. Hoje, as instituições financeiras esperam um crescimento de 4,1%, frente a uma expectativa de 4,29% da última semana. O mercado manteve a previsão para a taxa básica de juros do país (Selic) em 2011, em 12,5% ao ano. No próximo ano, a expectativa para a Selic é de 11,25%. De acordo com o boletim Focus, a projeção para a taxa de câmbio foi para em R\$ 1,68 ao fim deste ano, de R\$ 1,69 do ano passado. A estimativa era de R\$ 1,72 há quatro semanas. Para 2012, a projeção foi mantida a R\$ 1,75.

Fonte: *Brasil Econômico*.

Matérias Internacionais

Japão pode importar mais produtos brasileiros neste ano

São Paulo - Especialistas acreditam que a tragédia do Japão deve elevar as exportações de produtos brasileiros para o país asiático neste ano. Em contrapartida, as importações brasileiras do Japão devem cair. Segundo eles, a destruição provocada pelo terremoto e tsunami, catástrofe agravada pelo acidente nuclear, devem reduzir o nível de atividade daquele país de forma significativa, a ponto de diminuir as vendas de mercadorias japonesas ao exterior, inclusive para seu maior parceiro na América do Sul, que é o Brasil.

O vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto Castro, estima que a corrente comercial entre os dois países em 2010 deve ser alterada neste ano a favor do Brasil, que deve registrar saldo positivo de US\$ 2 bilhões.

Entre os produtos que o Brasil exporta para o Japão, minério de ferro e a carne de frango foram responsáveis por 53% das vendas do País, em valores, para o mercado nipônico em janeiro deste ano. As importações do Brasil junto ao Japão, por outro lado, estão concentradas em manufaturados, como autopeças, veículos, computadores, componentes eletrônicos e semicondutores. Em 2010, as exportações brasileiras para o Japão atingiram US\$ 7,1 bilhões, enquanto as importações somaram US\$ 6,98 bilhões, segundo o economista da MCM Marcos Fantinatti. De acordo com Castro, as exportações devem subir neste ano para US\$ 8 bilhões, enquanto as importações devem cair para US\$ 6 bilhões.

Na avaliação do professor da PUC-SP Antônio Correa de Lacerda, o Japão precisará de alguns meses para reorganizar sua estrutura produtiva, dada a destruição de sua infraestrutura, especialmente no Nordeste do país. "A tendência é de que o racionamento de energia diminua a atividade das indústrias no curto prazo, o que deve diminuir a importação de minério de ferro do Brasil", disse. O presidente da AEB acredita que o déficit energético pode levar de quatro a cinco meses para ser resolvido, o que deve diminuir a importação de minérios, como o de ferro e alumínio, que demandam energia intensiva para gerar outras mercadorias, como o aço.

Para Castro, o aumento da importação de aço pelo Japão pode beneficiar o Brasil. Ele citou que a Nippon Steel é uma das principais acionistas da Usiminas, o que poderia aumentar as chances de produção da companhia mineira para o mercado nipônico "Além disso, pode ocorrer um efeito indireto de aumento da demanda de minério de ferro do Brasil para a China, pois o Japão deve comprar muito aço daquela nação, que é o seu principal parceiro comercial no mundo", acrescenta.

Ainda de acordo com Rei Oiwa, diretor do departamento de pesquisa da Jetro, agência do governo japonês para o fomento do comércio, diz que uma questão importante a ser observada é que há uma boa chance de ocorrer um incremento da corrente comercial com o Brasil quando a reconstrução de várias áreas do país estiver em operação. E isso, para ele, deve demorar poucos meses. "O Japão deve reiniciar logo as obras necessárias para retomar sua plena atividade. Há um grande nível de organização da sociedade e o governo está empenhado em agir com rapidez para atingir esse objetivo", afirmou.

Fluxo cambial

Paralelo a este contexto internacional, o fluxo cambial no Brasil em março até o último dia 11 foi positivo em US\$ 7,429 bilhões, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC). O fluxo financeiro teve saldo positivo de US\$ 6,919 bilhões, resultado de entradas de US\$ 14,595 bilhões e saídas de US\$ 7,676 bilhões. O fluxo comercial foi superavitário em US\$

510 milhões, resultado de exportações de US\$ 6,102 bilhões e importações de US\$ 5,592 bilhões.

No acumulado do ano até 11 de março, o fluxo cambial é positivo em US\$ 30,361 bilhões, volume 24,7% superior ao verificado em todo o ano passado. O desempenho é determinado basicamente pelo segmento financeiro, que teve ingresso líquido de US\$ 29,272 bilhões no ano (entradas de US\$ 89,396 bilhões e saídas de US\$ 60,123 bilhões), embora o segmento comercial também tenha dado contribuição positiva de US\$ 1,089 bilhão. Em igual período de 2010, o fluxo cambial foi negativo em 281 milhões, com fluxo financeiro superavitário em US\$ 2,385 bilhões e comercial deficitário em US\$ 2,666 bilhões.

As compras de dólares pelo Banco Central no mercado à vista em março até 11 elevaram as reservas em US\$ 4,051 bilhões, enquanto as intervenções no mercado a termo (com entrega em data futura) ampliaram as reservas em US\$ 215 milhões no mesmo período.

Fonte: DCI

A América Latina e as commodities

A América Latina passa por um avanço excepcional, graças à disparada da receita com a exportação de recursos naturais. Será, no entanto, que a região aproveita essa oportunidade ao máximo? Esses fundos vêm sendo usados da maneira mais eficiente possível?

Com exceção da América Central, a alta nos preços das commodities melhorou as contas externas e posições fiscais dos países da América Latina. A receita com as exportações de commodities representou 25% da arrecadação total do setor público em 2008. Na Venezuela, Bolívia, Equador e México, o número ficou acima de 40%. Isso equivale a cerca de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) desses países (mais de 11% na Venezuela e Bolívia e 8% no Equador e México).

Para determinar o que deveria ser feito com esse golpe de sorte, é importante saber se o aumento nos preços das commodities deverá ser permanente ou transitório. Se for transitório, o melhor caminho é economizar a receita adicional ou usá-la, como segunda melhor opção, para reduzir a dívida nacional. Se o aumento for considerado permanente, contudo, faria sentido aumentar os gastos ou reduzir a pressão tributária.

A escolha dependerá das características de cada país. Haveria mais motivos para reduzir os impostos na Noruega, por exemplo, do que na América Latina, onde o rumo geral seria o aumento nos investimentos.

É razoável presumir que o efeito positivo da onda de alta das commodities nos termos de troca da América Latina durará por um longo período - talvez 10 a 15 anos-, mas que não será permanente. Além disso, pode-se argumentar que se não se agregar mais conhecimento às exportações, será difícil alcançar desenvolvimento econômico sustentável baseado nos recursos naturais.

Tendo isso em vista, seria sensato gastar pelo menos uma parte desses lucros na melhora da capacidade de inovação, que é essencial para o crescimento de longo prazo, mais além da flutuação dos preços internacionais das commodities. Isso significa investir em educação e criar incentivos para melhorar a produtividade por meio de mudanças nos produtos, processos ou na organização.

Os países usaram suas receitas adicionais com as exportações para pagar dívidas e aumentar os investimentos sociais, o que era necessário. Mas foram poucos que investiram em capacitação e tecnologia para melhorar a produção.

Então, o que ocorreu com as receitas adicionais decorrentes da alta das commodities nos últimos anos? Alguns desses fundos foram destinados a melhorar o balanço fiscal dos países. Enquanto déficit primário (que exclui o pagamento de juros) em 2002 era similar entre os países com e sem recursos naturais importantes, em 2007, os primeiros tinham superávit equivalente a 3,8% do PIB - em comparação ao de 1,6% do PIB dos países não exportadores de commodities.

Como resultado, a dívida pública caiu de 51% do PIB da região, em 2003, para 28% do PIB em 2008. A consolidação fiscal, contudo, não foi resultado de regras fiscais formais. Enquanto muitos países estabeleceram limites legais para controlar gastos, déficits e endividamento, em alguns casos - por exemplo, Argentina, Equador e Venezuela - tais leis não foram aplicadas.

Além de reduzir as dívidas, o Chile usou as receitas adicionais para aumentar os recursos de dois fundos fiscais: quando a recessão começou, havia mais de US\$ 22 bilhões em ativos nos dois fundos. Apesar da gestão fiscal imprudente, a Venezuela também manteve recursos consideráveis em fundos específicos (US\$ 11 bilhões no fim de 2008). Equador e Colômbia, em contraste, eliminaram seus fundos de estabilização em 2005 e 2008, respectivamente.

Além de melhorar as contas públicas, uma grande parte das receitas com os preços elevados das commodities foram usadas para aumentar os gastos públicos, embora essa proporção tenha variado de país a país. Em um extremo está a Argentina, com o maior aumento nos gastos públicos em relação ao PIB na América Latina (quase dez pontos). Em outro extremo, estão Chile, Costa Rica e Uruguai.

Como não se especifica nas contas fiscais nacionais qual parte da arrecadação se refere a produtos ligados a recursos naturais, apenas podemos nos aventurar a dar palpites razoavelmente bem informados sobre como foi alocada. Entre 2001-2002 e 2007-2008, os investimentos em bem-estar social nos países com recursos naturais abundantes aumentaram em torno a 55% em termos reais, com os gastos em relação ao PIB tendo aumentado em quase 3,5 pontos percentuais. Portanto, na esfera regional, uma grande parte dos recursos adicionais foi usada para elevar os gastos públicos, especialmente em seguridade social, saúde e educação, nessa ordem.

Em alguns países, também houve aumento nos subsídios. Na Argentina, por exemplo, os subsídios às fontes de energia e transporte aumentaram para o equivalente a 3% do PIB. Algo muito similar ocorreu no Equador e Venezuela ao longo da década. Em contraste, os gastos em outros fins - por exemplo, pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos - aumentaram muito pouco.

Em resumo, os países latino-americanos usaram as receitas adicionais com as exportações para pagar dívidas e aumentar os investimentos sociais. Ambos eram necessários, mas com algumas poucas exceções, a região não vem usando as receitas excepcionais com as commodities para fazer o que deveria: melhorar a capacidade tecnológica de forma suficiente para assegurar que o crescimento econômico futuro não dependa inteiramente da instabilidade dos recursos naturais finitos.

Fonte: Valor Econômico

Complexo da Dow Chemical no Japão fica alagado com tsunami

As instalações da Dow Chemical no Japão foram alagadas após o devastador terremoto e o tsunami no país. O terremoto foi o maior a atingir o Japão na história, e o tsunami resultante invadiu muitas das cidades da costa leste do país. O complexo de Soma, da Dow, produz resinas de troca iônica, usadas no processo de tratamento de água. As instalações foram construídas em 1993, pela Rohm&Haas, que foi adquirida pela Dow em 2009. A companhia possui 31 unidades no Japão, e um porta-voz afirmou que as comunicações limitadas dificultam a percepção sobre o impacto do tremor nas operações. "Informações iniciais indicaram que o impacto aos funcionários do Dow e aos locais foram mínimos", de acordo com o porta-voz Greg Baldwin.

Fonte: agências internacionais.

Unidades petroquímicas são fechadas após terremoto no Japão

A Maruzen Petrochemical afirmou, na sexta-feira, que interrompeu as operações na planta de craqueamento de nafta em Chiba, a leste de Tóquio, após o forte terremoto no Japão. A unidade tem capacidade de produzir 480 mil toneladas por ano de etileno. A unidade Keiyo de etileno, com capacidade de realizar o craqueamento de 690 mil toneladas de nafta por ano, também foi fechada após o tremor, afirmou o porta-voz da Maruzen.

Fonte: agências internacionais.

AGENDA

Brasilplast 2011

Começam os preparativos para a 13ª edição da Brailplast, a principal feira do setor do Plástico na América do Sul, que acontece entre os dias 9 e 13 de maio, no Pavilhão de Exposições do Anhembi, em São Paulo. O evento contará com cerca de 1.300 expositores, de 30 países e espera um público em torno de 65 mil visitantes/compradores, de 60 países. O evento é realizado pela Reed Exhibitions Alcântara Machado. O Siresp apoia esta iniciativa. Mais informações no site www.brasilplast.com.br.



WBC COMUNICAÇÃO
Fone/Fax: 41 32470569 - Celulares: 41 91887816 - 41 91328135
E-mail: wbc@sulbbs.com.br